

Prefeitura Municipal de Ananindeua
Gabinete do Prefeito

PARECER: Nº 014/2021/GP/PMA.

ASSUNTO: Adesão a Ata de Registro de Preço nº 2021-001/SEMAD, proveniente do Pregão Eletrônico SRP nº 9/2021-024-PMA.

INTERESSADO: AMAZON CARDS S/S LTDA.

PROCESSO Nº: 2021/10/085/GP/PMA.

I – DO RELATÓRIO

Trata-se o presente, de Adesão a Ata de Registro de Preço 2021-001/SEMAD- PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA, nos termos da Lei nº 8.666/1993, cujo objeto é a contratação de empresa especializada no fornecimento de vales combustível utilizando cartão físico ou digital e tickets impressos, e especificações descritas no Memorando nº 038/2021-ADM/GP e Termo de Referência.

II- DO MÉRITO

Esclarece o Gabinete do Prefeito do Município de Ananindeua, que a contratação de empresa especializada na “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SISTEMA DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL DE UNIDADES CONSUMIDORAS COM GERENCIAMENTO DE FROTA, SISTEMA (SOFTWARE) PARA A CAPTURA ELETRÔNICA DE DADOS PARA GERENCIAMENTO, CONTROLE E AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM; DIESEL; ETANOL)”, conforme especificada no memorando 038/2021-ADM/GP, Termo de Referência e Justificativa, por meio de procedimento de adesão a Ata de Registro de Preço nº 2021-001/SEMAD, se faz necessária para atender as necessidades desse órgão.

Frisa-se, que o Sistema de Registro de Preços, deve atender as peculiaridades regionais e as seguintes condições: a) seleção feita mediante concorrência, b) estipulação prévia do sistema de controle e atualização dos preços registrados e, por fim, c) validade do registro não superior a um ano, nos termos do artigo 15, § 3º, incisos I, II e III, da Lei nº 8.666/1993.

Salienta-se, que o Sistema de Registro de Preços no Município de Ananindeua, Estado do Pará, encontra-se regulamentado no Decreto nº 11.698/2009, em seu artigo 3º, destacando no que tange a adesão os parágrafos 5º, 6º e 7º, in verbis:

Art. 3º A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência ou de pregão, do tipo menor preço, nos termos das Leis nos 8.666, de 21 de julho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

Prefeitura Municipal de Ananindeua
Gabinete do Prefeito

(...)

§ 5º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata para que este indiquem os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

§ 6º Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecida, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

§ 7º As aquisições ou contratações adicionais a que se refere os §§ 5º e 6º supra, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

O Art. 22 do Decreto Federal nº 7.892/13 possibilita a extensão da utilização da ata de registro de preço de determinado órgão ou entidade da administração, por outro que não tenha participado da ata, criando então uma figura do “carona”. A adesão a ata de registro de preço é tida como ato, por meio do qual um órgão ou ente da administração adere à ata elaborada mediante licitação promovida por outro órgão, valendo-se dela como se fosse sua.

Art. 22. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

O caso “in concreto” evidencia que o Sistema de Registro de Preços nº 9/2021-024-PMA, observa as exigências contidas no artigo 15, § 3º, incisos I, II e III, da Lei nº 8.666/93 e art. 22 do Decreto Federal nº 7.892/13 acima elucidadas, assim como se encontra observadas no processo nº 2021.10.085- GP/PMA e disciplinado no Decreto nº 11.698/2009, em seu artigo 3º, parágrafos 5º, 6º e 7º, conforme memorando nº 038/2021/GP/PMA, e Ofício nº 1036/2021/GP/PMA, enviado a Secretaria Municipal de Administração, no qual solicita autorização para a Adesão a Ata nº 2021-

Prefeitura Municipal de Ananindeua
Gabinete do Prefeito

001/SEMAD, respondido o autorizo no oficio nº 2385/2021-GAB.SEMAD e Ofício nº 1044/2021/GP/PMA, A EMPRESA AMAZON CARDS S/S LTDA, vencedora da Ata de Registro de Preço nº 2021-001/SEMAD, autorizado e respondido, que manifesta interesse em fornecer os serviços e também a existência de dotação orçamentária no valor de R\$600.004,48 (seiscentos mil quatro reais e quarenta e oito centavos).

Por fim, verifica-se, conforme pesquisa mercadológica anexada aos autos, que a Adesão a Ata de Registro de Preços nº 2021-001/SEMAD, é mais vantajosa para Administração Pública devida economicidade, bem como atende aos princípios constitucionais da seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, contidos no artigo 3º da Lei nº 8.666/1993.

III- DA CONCLUSÃO

Por todo o exposto, uma vez atendidas às exigências da legislação ao norte elucidada e aos princípios inerentes ao procedimento licitatório e a administração pública, descaracterizado qualquer possibilidade de Desvio de Poder ou finalidade, opino pela Adesão a Ata de Registro de nº 2021-001/SEMAD , para a contratação de empresa especializada na “prestação de serviços de sistema de gestão de combustível de unidades consumidoras com gerenciamento de frota, sistema (software) para a captura eletrônica de dados para gerenciamento, controle e aquisição de combustível (gasolina comum; diesel; etanol)”conforme necessidade do Gabinete do Prefeito .

Assim sendo, face essas razões e o que mais consta nos autos, opinamos FAVORAVELMENTE pela adesão a ata de Registro de Preço nº 2021-001/SEMAD, com fulcro no Decreto nº 11.698/2009, em seu artigo 3º, destacando no que tange a adesão os parágrafos 5º, 6º e 7º.

É o Parecer, Salvo Melhor Juízo.

Ananindeua, 06 de dezembro de 2021.

CLAUDIO DE SOUSA SOARES
ASSESSOR JURÍDICO
OAB/PA - 5552

